



CÓD: OP-011MA-23
7908403535811

ARAÇARIGUAMA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assistente Social

CONCURSO PÚBLICO 01/2023



ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopcao.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis.,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilaopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o bônus.



Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	5
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	8
3. Pontuação	15
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: cargo e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Colocação pronominal.	16
5. Concordância verbal e nominal	25
6. Regência verbal e nominal	26
7. Crase	24
8. Processo de formação das palavras	24
9. Coesão	25
10. Ortografia	26

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.	39
2. Razão e proporção	48
3. Porcentagem	49
4. Regra de três simples e composta	51
5. Média aritmética simples e ponderada	52
6. Juro simples.	53
7. Sistema de equações do 1º grau	55
8. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	57
9. Sistemas de medidas usuais.	60
10. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	62
11. Resolução de situações-problema.	73
12. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figurada, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências	74

Noções de Informática

1. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.	97
2. Razão e proporção	106
3. Porcentagem	107
4. Regra de três simples e composta	109
5. Média aritmética simples e ponderada	110
6. Juro simples.	111
7. Sistema de equações do 1º grau	113
8. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	115
9. Sistemas de medidas usuais.	118
10. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	120

11. Resolução de situações-problema.	131
12. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências	132

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho social com e para famílias, seus membros e indivíduos	133
2. Políticas sociais e sua articulação com as instituições	148
3. A saúde como direito e sua aplicação como política social.	154
4. Redes sociais como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social.	154
5. O trabalho em equipe interdisciplinar	155
6. Serviço Social e questão social	155
7. Instrumentos e técnicas na prática do Serviço Social	187
8. A pesquisa social e sua aplicação	194
9. Publicações Institucionais	196
10. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	197
11. Sistema Único de Assistência Social - SUAS	197
12. Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.	199
13. Programa de Atenção Integral à Família - PAIF	200
14. Serviços Destinados a Crianças de 0 a 6 anos e Pessoas Idosas	207
15. Benefícios Eventuais	208
16. Carteira do Idoso.	208
17. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias.	209
18. Política Nacional de Assistência Social - PNAS	214
19. Política Nacional do Idoso – PNI	239
20. Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência	241
21. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS	248
22. Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS	263
23. Orientação Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	284
24. Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS.	308
25. Legislação: - Lei federal 10.741/2003 - Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências	311
26. Lei federal 8.069/1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	321
27. Lei federal 8.742/1993 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	361
28. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 - Título II - Capítulo II - Dos Direitos Sociais (artigos: 6º ao 11º).	371
29. Lei federal 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS	372
30. Lei federal 8.662/1993 - Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências	372
31. Código de Ética do Assistente Social - Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993	374

Gênero Literário – são os gêneros textuais em que a constituição da forma, a aplicação do estilo autoral e a organização da linguagem possuem uma preocupação estética. São classificados de acordo com a sua forma, podendo ser do gênero lírico, dramático ou épico. **Pode-se afirmar que todo gênero literário é um gênero textual, mas nem todo gênero textual é um gênero literário.**

Tipo Textual - é a forma como a linguagem se estrutura dentro de cada um dos gêneros. Refere-se ao emprego dos verbos, podendo ser classificado como narrativo, descritivo, expositivo, dissertativo-argumentativo, injuntivo, preditivo e dialogal. Cada uma dessas classificações varia de acordo com o texto se apresenta e com a finalidade para o qual foi escrito.

Exponemos abaixo os gêneros discursivos mais comuns. Cada um dos gêneros são agrupados segundo a predominância do tipo textual.

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

Gêneros Textuais e Gêneros Literários

Conforme o próprio nome indica, os gêneros textuais se referem a qualquer tipo de texto, enquanto os gêneros literários se referem apenas aos textos literários.

Os gêneros literários são divisões feitas segundo características formais comuns em obras literárias, agrupando-as conforme critérios estruturais, contextuais e semânticos, entre outros.

- Gênero lírico;
- Gênero épico ou narrativo;
- Gênero dramático.

Gênero Lírico

É certo tipo de texto no qual um eu lírico (a voz que fala no poema e que nem sempre corresponde à do autor) exprime suas emoções, ideias e impressões em face do mundo exterior. Normalmente os pronomes e os verbos estão em 1ª pessoa e há o predomínio da função emotiva da linguagem.

Elegia

Um texto de exaltação à morte de alguém, sendo que a morte é elevada como o ponto máximo do texto. O emissor expressa tristeza, saudade, ciúme, decepção, desejo de morte. É um poema melancólico. Um bom exemplo é a peça *Roan e Yufa*, de William Shakespeare.

Epitalâmia

Um texto relativo às noites nupciais líricas, ou seja, noites românticas com poemas e cantigas. Um bom exemplo de epitalâmia é a peça *Romeu e Julieta nas noites nupciais*.

Ode (ou hino)

É o poema lírico em que o emissor faz uma homenagem à pátria (e aos seus símbolos), às divindades, à mulher amada, ou a alguém ou algo importante para ele. O hino é uma ode com acompanhamento musical.

Idílio (ou écloga)

Poema lírico em que o emissor expressa uma homenagem à natureza, às belezas e às riquezas que ela dá ao homem. É o poema bucólico, ou seja, que expressa o desejo de desfrutar de tais belezas e riquezas ao lado da amada (pastora), que enriquece ainda mais a paisagem, espaço ideal para a paixão. A écloga é um idílio com diálogos (muito rara).

Sátira

É o poema lírico em que o emissor faz uma crítica a alguém ou a algo, em tom sério ou irônico. Tem um forte sarcasmo, pode abordar críticas sociais, a costumes de determinada época, assuntos políticos, ou pessoas de relevância social.

Acalanto

Canção de ninar.

Acróstico

Composição lírica na qual as letras iniciais de cada verso formam uma palavra ou frase. Ex.:

Amigos são

Muitas vezes os

Irmãos que escolhemos.

Zelosos, eles nos

Ajudam e

Dedicam-se por nós, para que nossa relação seja verdadeira e

Eterna

<https://www.todamateria.com.br/acrastico/>

Balada

Uma das mais primitivas manifestações poéticas, são cantigas de amigo (elegias) com ritmo característico e refrão vocal que se destinam à dança.

Canção (ou Cantiga, Trova)

Poema oral com acompanhamento musical.

Gazal (ou Gazel)

Poesia amorosa dos persas e árabes; odes do oriente médio.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por *a x b*, *a . b* ou ainda *ab* sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado *base* e o número *n* é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

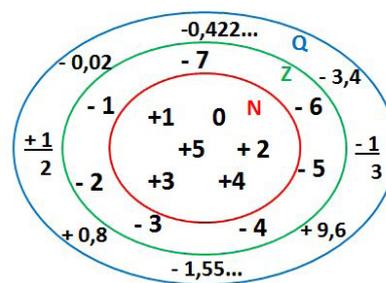
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) "A frase dentro destas aspas é uma mentira", não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.
- (B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.
- (C) O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos
- (D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).
- (E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compôr novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																

social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal.

A sociabilidade é imanente à totalidade das suas objetivações: para transformar a natureza reproduzindo a sua existência através do trabalho, é necessário agir em cooperação, estabelecendo formas de comunicação, como a linguagem, os modos de intercâmbio e de reciprocidade social, que tornam possível o reconhecimento dos homens entre si, como seres de uma mesma espécie, que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para realizar determinadas finalidades.

O agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação. Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis.

Ao desenvolver sua consciência, o homem evidencia o caráter decisório de sua natureza racional. Como diz Lukács, todas as atividades sociais e individuais exigem escolhas e decisões: “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”.

As escolhas são baseadas em juízos de valor: os objetos e as ações são avaliados como úteis, inúteis, válidas ou não válidas, corretas ou incorretas. O fato de toda ação consciente conter uma posição de valor e um momento de decisão propicia o entendimento de que a gênese do valor e das alternativas seja dada somente pela avaliação subjetiva dos indivíduos. Valor e alternativas, no entanto, são categorias objetivas, pois são objetivações do ser social, produtos concretos de sua atividade.

Liberdade, valor, consciência e alternativas estão articulados. Com o desenvolvimento do trabalho e da sociabilidade, a escolha entre alternativas não se restringe à escolha entre duas possibilidades, mas entre o que possui e o que não possui valor e como esses valores podem ser praticamente objetivados.

Vê-se, pois, que estamos diante de um ser capaz de agir eticamente, quer dizer, dotado de capacidades que lhe conferem possibilidades de escolher racional e conscientemente entre alternativas de valor, de projetar teleologicamente tais escolhas, de agir de modo a objetivá-las, buscando interferir na realidade social em termos valorativos, de acordo com princípios, valores e projetos éticos e políticos, em condições sócio-históricas determinadas.

Para o método de Marx “a ética é uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto”. Como tal, a ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano.

Observa-se que a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja a sua forma primária: “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. Portanto, é certo que façamos uma distinção entre as formas de práxis dirigidas à transformação da natureza (o trabalho) e aquelas voltadas à transformação das ideias, dos valores, do comportamento e da ação dos homens, onde se insere a ação ético-moral.

Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem, a objeti-

vação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos.

À totalidade das objetivações genéricas – materiais e espirituais – produzidas pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento histórico, representando conquistas no sentido de ampliação da sociabilidade, da consciência, da liberdade e da universalidade do gênero, Marx denomina “riqueza humana”. No contexto da alienação, a riqueza humana não é apropriada pela totalidade dos indivíduos; na ordem capitalista, a coexistência entre a miséria e a pobreza (material e espiritual) é pressuposto fundamental para a (re)produção do sistema, donde o processo de coexistência contraditória, de tensão permanente e não linear, de afirmação e negação das capacidades éticas do ser social.

Moral e Vida Cotidiana

Ontologicamente considerada, a moral não pertence a nenhuma esfera particular: é uma mediação entre as relações sociais; uma mediação entre o indivíduo singular e sua dimensão humano-genérica.

Sua origem atende a necessidades práticas de regulamentação do comportamento dos indivíduos, cumprindo uma função social no processo de reprodução das relações sociais: contribui para a formação dos costumes que se estruturam pelo hábito, orientando a conduta dos indivíduos, em termos de normas e deveres.

A moral se desenvolve quando os homens já adquiriram um certo grau de consciência, no momento em que foi superada a sua condição natural e instintiva; quando o homem já vivia em comunidade, como membro de uma coletividade, tendo desenvolvido a fabricação de instrumentos de trabalho e conquistado um determinado nível de conhecimento e de domínio sobre a natureza.

A moral é histórica e mutável: são os homens que criam as normas e os valores, mas a autonomia dos indivíduos em face das escolhas morais é relativa às condições de cada contexto histórico. Mesmo nas sociedades onde ainda não existe o domínio de classe, a coesão em torno de um único código de valor não significa a inexistência de tensões.

O ato moral supõe a adesão consciente e voluntária do indivíduo aos valores éticos e às normas morais, ou seja, implica a convivência íntima do sujeito em face dos valores e normas, pois se entende que só assim as mesmas serão internalizadas como deveres. Dependendo da esfera e das condições sociais nas quais a moral se objetiva, surgem maiores ou menores possibilidades dela se realizar apenas no âmbito da singularidade voltada ao “eu” – âmbito da vida cotidiana – ou em ações que podem atingir a coletividade e a dimensão humano genérica dos indivíduos.

Todavia, cumpre distinguir consciência e subjetividade. Na vida cotidiana, a moral não tende a ser interiorizada de forma crítica. Na medida em que, nesse âmbito, os valores se reproduzem pelos costumes, pela repetição, tendem a se tornar hábitos, cuja adesão não significa, necessariamente, uma aceitação consciente. Na cotidianidade, as normas podem ser aceitas interiormente, defendidas socialmente sem que, no entanto, possamos afirmar que essa aceitação tenha ocorrido de maneira livre, pois esta supõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico. Logo, a consciência supõe a subjetividade, mas esta pode “legitimar” normas e valores sem, no entanto, ter conhecimento de outras alternativas e sem se responsabilizar por tais escolhas, isto é, sem assumir “por inteiro”, de modo consciente, as implicações dessa adesão.

Na sociedade burguesa, a moral desempenha uma função ideológica: ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao ethos dominante.

O âmbito da vida social mais propenso à internalização dos costumes e valores formadores do ethos dominante é a vida cotidiana: onde os indivíduos se reproduzem enquanto seres singulares, espaço da ultrageneralização, do pragmatismo, do imediatismo da superficialidade e da heterogeneidade.

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao ethos dominante.

Conforme Heller, a maioria dos preconceitos são produzidos pelas classes dominantes, tendo em vista sua busca de coesão em torno de seus interesses. Isso é favorecido pelo conservadorismo, comodismo, e conformismo, e também pelos interesses imediatos, “que rebatem nas condições de vida dos indivíduos singulares, tornando-os vulneráveis à mobilização contra os interesses de sua própria classe”.

A Ação Ética e as Objetivações Genéricas

A moral não responde apenas às necessidades da singularidade voltadas exclusivamente ao “eu”, ou a formas de ser reproduzidas da alienação. É possível que a motivação moral que envolve escolhas e decisões exigidas pelo ato moral seja intensa e se alargue de modo a se afastar momentaneamente da cotidianidade, permitindo que o indivíduo se eleve à sua dimensão humano-genérica, como esclarece Heller: “quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais uma decisão eleva-se acima da cotidianidade”.

Porém, ao se afastar – ainda que por um tempo determinado – de sua singularidade e de suas motivações efêmeras, seja através de ações práticas ou de reflexões teóricas, o sujeito moral atinge um outro patamar de objetivações, que o elevam à sua dimensão particular e à sua condição de sujeito ético. Segundo Tertulian, é esse o entendimento de Lukács sobre a ética:

A ação ética é um processo de ‘generalização’, de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética.

Portanto, quando o indivíduo, determinado por condições sociais que convergem na direção de sua intervenção na realidade, e motivado por valores emancipatórios, pode ter possibilidade de estabelecer mediações com a sua particularidade, ascendendo à condição de sujeito ético, revela-se toda a importância da reflexão ética, capaz de realizar a crítica da vida cotidiana, em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias, à desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos.

Mas, principalmente, fica claro que a ética não é apenas a ciência da moral, ou o seu conhecimento: apreendida como parte da práxis, a ética é trazida para o conjunto das práticas conscientes do ser social, dirigidas para a intervenção na realidade e na direção da conquista da liberdade e da universalidade, tendo como parâmetro a emancipação humana. Como já dissemos anteriormente, essa é a perspectiva de Lukács, quando afirma a ética como parte e momento “da práxis humana em seu conjunto”.

As categorias éticas são categorias de valor que se referem à particularidade da ação ética do indivíduo, fornecendo elementos para a sua valorização e/ou o seu julgamento de valor. Por exemplo, a responsabilidade do sujeito em relação à sua ação. Ou seja, a responsabilidade não é apenas um valor: é uma categoria ética, pois expressa uma relação social que decorre de uma ação e que se complexifica na medida em que estabelece conexões sociais com outros sujeitos e escolhas.

Ética Profissional: determinações históricas e particularidades

A natureza da ética profissional

A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação éticopolítica. Cabe destacar que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

A moral profissional diz respeito à relação entre a ação profissional do indivíduo singular (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral), os sujeitos nela envolvidos (usuários, colegas, etc.) e o produto concreto da intervenção profissional (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

A moral é reveladora de uma dada consciência moral ou moralidade que se objetiva através das exigências do ato moral: escolha entre alternativas, julgamentos com base em valores, posicionamentos que signifiquem defesa, negação, valorização de direitos, necessidades e atividades que interfiram e/ou tragam consequências sociais, éticas e políticas para a vida de outros indivíduos.

A moralidade é parte de uma educação moral anterior à formação profissional, que inclusive a influencia, pois pertence ao processo de socialização primária, onde tende a reproduzir tendências morais dominantes que se repõem cotidianamente através das relações sociais. O processo de socialização, através da participação cultural, política, religiosa, pode reforçar ou contrapor valores incorporados anteriormente, o mesmo ocorrendo com a inserção profissional.

Assim, a adesão a um determinado projeto profissional – e as suas dimensões éticas e políticas – supõe decisões de valor inscritas na totalidade dos papéis e atividades que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade. Nem sempre os papéis sociais e as atividades desempenhadas pelos indivíduos estão em concordância,